

**FABIANO L. CARRARO**

**JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE  
E JUÍZO DE ADSTRIÇÃO  
NOS RECURSOS ESPECIAL  
E EXTRAORDINÁRIO**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2022

Copyright © 2022 by Fabiano L. Carraro

Categoria: Direito Processual

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

122 4439

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

C313j

Carraro, Fabiano L.

Juízo de admissibilidade e juízo de adstrição nos recursos especial e  
extraordinário / Fabiano L. Carraro. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2022.  
324 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-1919-4

1. Direito processual - Brasil. 2. Juízo de admissibilidade. 3. Recursos  
(Direito). 4. Recursos especial. 5. Recurso extraordinário. I. Título.

CDD 347.8105

Ficha catalográfica elaborada por Roge Cavalcante da Silva CRB-8/010483

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>1 Evolução Histórico-Legislativa dos Mecanismos Processuais de Contenção de Acesso aos Tribunais Superiores no Direito Brasileiro</b> .....	<b>7</b>
1.1 Da instauração da república até a Constituição Federal de 1988: a perene busca pela solução para a “crise do Supremo” .....	7
1.1.1 Considerações iniciais .....	7
1.1.2 A instituição do juízo delegado de admissibilidade.....	11
1.1.3 A instituição da arguição de relevância.....	19
1.2 Da promulgação da Constituição Federal de 1988 até a Emenda Constitucional n. 45/2004: A criação do recurso especial como solução insuficiente para a “crise” .....	22
1.3 Da Emenda Constitucional n. 45/2004 Até o advento do Código De Processo Civil de 2015: os primeiros passos rumo a um sistema brasileiro de formação e aplicação de precedentes vinculantes .....	29
1.3.1 A criação de novos mecanismos de restrição do acesso aos tribunais superiores: a repercussão geral e os julgamentos por amostragem .....	29
1.3.2 Insuficiência legislativa e ativismo judicial na elaboração de regras para o novel sistema: uma análise crítica do julgamento do Agravo de Instrumento n. 760.358/SE-QO pelo STF .....	37
1.4 Conclusões parciais à luz do direito comparado .....	43
<b>2 Juízo de Admissibilidade nos Recursos Especial e Extraordinário</b> .....	<b>59</b>
2.1 Considerações iniciais .....	59
2.2 Ainda em termos históricos: a breve morte do juízo de admissibilidade .....	59

2.2.1 Introito .....	59
2.2.2 A “ação”: o processo legislativo de aprovação do novo Código de Processo Civil e, neste, de extinção do juízo de admissibilidade .....	60
2.2.3 A “reação”: críticas à extinção do juízo de admissibilidade e o ressurgimento do instituto pela contrarreforma da Lei n. 13.256/2016 .....	67
2.3 Juízo de admissibilidade: uma proposta de conceituação .....	70
2.3.1 Atividade decisória .....	71
2.3.2 Segue: delegada e preliminar .....	74
2.3.3 Segue: cometida a órgãos judiciários de instâncias inferiores .....	76
2.3.4 Segue: para verificação de requisitos gerais e específicos de cognoscibilidade .....	78
2.3.5 Juízo de admissibilidade “de mérito”? .....	81
2.4 Antecedentes ao juízo de admissibilidade .....	85
2.4.1 A interposição dos recursos especial e extraordinário .....	85
2.4.2 A atribuição de efeito suspensivo .....	88
2.4.3 A concessão de tutelas diversas .....	96
2.4.4 A recorribilidade das decisões .....	99
2.5 A decisão que revela o juízo de admissibilidade: <i>modus faciendi</i> .....	103
2.6 Consequentes ao juízo de admissibilidade .....	109
2.6.1 O cabimento de embargos de declaração .....	110
2.6.2 Considerações sobre o agravo de inadmissão (CPC, art. 1042) .....	115
2.6.3 Crítica ao provimento do agravo de inadmissão “para melhor exame” .....	123
<b>3 Juízo de Adstrição nos Recursos Especial e Extraordinário .....</b>	<b>127</b>
3.1 Considerações iniciais .....	127
3.2 Juízo de adstrição: uma proposta de conceituação .....	128
3.2.1 Atividade decisória .....	128

3.2.2 Segue: outorgada pela lei .....	132
3.2.3 Segue: órgãos judiciários de instâncias inferiores ao STF ou ao STJ.....	137
3.2.4 Segue: tese jurídica firmada em precedente vinculante de repercussão geral ou repetitivo .....	140
3.2.5 Segue: vinculação do recurso interposto e conformidade do acórdão recorrido .....	147
3.3 O juízo de adstrição na vertente da vinculação: a etapa de formação do precedente vinculante.....	149
3.3.1 Considerações iniciais.....	149
3.3.2 Seleção do recurso-piloto .....	151
3.3.3 Suspensão de casos pendentes .....	158
3.3.4 O incidente de intempestividade.....	174
3.3.5 O incidente de distinção.....	180
3.4 O juízo de adstrição na vertente da conformidade: a etapa de aplicação do precedente vinculante .....	188
3.4.1 Considerações iniciais.....	188
3.4.2 Momento adequado para a realização do juízo de adstrição na vertente da conformidade.....	192
3.4.3 Juízo de conformidade negativo: o procedimento para a retratação .....	197
3.4.4 Juízo de conformidade positivo: a negativa de seguimento ao recurso infrutuoso.....	211
3.4.5 Reflexões sobre o desprovimento do agravo do art. 1030, § 2º, do CPC: definitividade da adstrição do caso concreto ao precedente vinculante? .....	218
3.5 Mecanismos processuais e institucionais de aperfeiçoamento da formação e aplicação de precedentes vinculantes .....	231
3.5.1 Considerações iniciais.....	231

3.5.2 Mecanismos Processuais .....	234
3.5.2.1 A intervenção do Ministério Público .....	234
3.5.2.2 A intervenção de Amicus Curiae .....	237
3.5.2.3 A realização de Audiências Públicas.....	241
3.5.3 Mecanismos Institucionais .....	244
3.5.3.1 Os Núcleos de Gerenciamento de Precedentes .....	245
3.5.3.2 As Comissões Gestoras de Precedentes.....	248
3.5.3.3 Os Centros de Inteligência do Poder Judiciário .....	251
<b>4 Coexistência entre os Juízos de Admissibilidade e de Adstrição .....</b>	<b>259</b>
4.1 Considerações iniciais.....	259
4.2 Coexistência sucessiva .....	261
4.3 Coexistência simultânea .....	263
4.3.1 Por justaposição .....	264
4.3.2 Por sobreposição.....	267
4.3.3 Decisões híbridas e princípio da unirrecorribilidade .....	270
<b>Conclusão .....</b>	<b>275</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>279</b>
Obras e artigos consultados.....	279
Documentos referentes a processos legislativos consultados online .....	297
Julgados consultados .....	300
Supremo Tribunal Federal .....	300
Superior Tribunal de Justiça.....	306